VIOLÊNCIA E IDENTIDADE: LIMITES DA ATUAÇÃO LOCAL NA PREVENÇÃO DE CONFLITOS

Saulo Cerutti[1], Arlene Anélia Renk[2]
[1]Curso de Direito da Universidade Comunitária da Região de Chapecó, [2]Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Comunitária da Região de Chapecó.
saulo.ce@unochapeco.edu.br

Introdução: O processo de criminalização decorre de uma lógica de duplo etiquetamento estruturado pela criminologia como *labelling approach* em que uma primeira "etiqueta" conhecida como criminalização primária deriva da seleção social de determinadas condutas como criminosas e uma segunda criminalização quando se impõe uma pena a determinado indivíduo que tenha praticado uma ação proibida. Ocorre que as violências geradoras de criminalização apresentam múltiplas origens e processos de saneamento. Desconsiderando-se, neste recorte, as violências individual, provocada, estimulada ou submetida pelo grupo, a atenção se dá naquelas decorrentes de julgamento externo de práticas culturais por quem não está inserido no contexto decorrente dos encontros culturais das dinâmicas ambientais de migração, ou seja, uma conduta corriqueira praticada por determinada cultura pode ser criminalizada em outra. Neste contexto, insta questionar as relações de identificação comunitária, de efetividade da punição de condutas culturais e ou costumeiras (tradicionais) e do controle das dinâmicas de violência por meios alternativos à punição criminal. **Metodologia:** Para análise do paradigma de pesquisa procedeu-se ao estudo do Programa Viver – Ações Sociais em Chapecó-SC por meio de pesquisa documental (estudo do processo formativo) e visitas de campo que mesclaram entrevistas desestruturadas com participantes do Programa e um financiador e observação participante coletando as percepções e as relações entre o dito, o não dito e o inter-dito. **Resultados e Discussão:** Os processos de migração historicamente construídos, derivados ou não de conflitos ambientais (aqui referindo-se à apropriação do solo ou das tradições de uso) não tem o condão de conduzir à harmonização cultural em que as diferenças sejam toleradas ou se desvaneçam. Os núcleos habitacionais formados pelas comunidades com unidacidade cultural tendem a sofrer além de processos de violência individual (violência vinculada ao agente e não ao grupo), aquelas de raiz cultural, nas áreas de intersecção, em que a punição sob um viés de criminalização formal (imposição de pena) não é efetiva tendo em vista que o indivíduo não reconhece o proibicionismo da ação praticada. Neste contexto, o Programa Viver, muito embora tenha nascido sob um viés caritativo, transformou-se em instituição de assistência social que atende crianças e adolescentes no contraturno escolar (possui também atendimento noturno para adultos), fornecendo alimentação, atividades para encurtamento dos vínculos familiares e oficinas de capacitação. Atualmente o Programa atende 160 jovens e, segundo percepção dos envolvidos (sem dados quantitativos que corroborassem) a violência local tem sido sensivelmente reduzida já que as atividades de contraturno têm afastado os jovens da ociosidade e dos vínculos criminosos. **Conclusão:** Muito embora a atuação do Programa Viver Ações Sociais tenha um efeito extremamente benéfico na redução da violência individual, criando mecanismos de inserção laboral, auxílios na conquista de um mínimo existencial (fornecimento de alimentação e campanhas de arrecadação para os mais vulneráveis), afastamento dos jovens da criminalidade, as dinâmicas de violência por práticas culturais não são reduzidas. Os processos de segregação permanecem já que não se produz vínculos de autoidentificação comunitária e pequenos

resultados de empoderamento local na lógica da autogestão comunitária e da democracia local. O senso de pertencimento para fomento da gestão local deve ser estimulado pela identificação comunitária, seja pelo viés histórico de formação de tradições ou por matrizes religiosas mas, sempre, respeitando as zonas de encontros culturais e a transculturalidade. **Fonte Financiadora:** [UNOCHAPECÓ, UNIEDU].

Palavras-chave: Conflitos ambientais. Conflitos culturais. Violência. Empoderamento local.